

## Apresentação

A gestão da política de saúde tem-se revelado incapaz de resolver os problemas de saúde da população. Hoje são visualizadas várias maneiras de buscar alternativas para oferecer à população uma vida com qualidade. Fala-se em promoção da saúde, em cidades saudáveis, como estratégias de mudança para encarar o indivíduo na sua totalidade. Isso significa uma nova abordagem das políticas setoriais, contemplando sua integração, para analisar os problemas da população e encaminhar soluções que não passam apenas pelo âmbito de uma política.

Assim, intersectorialidade e descentralização configuram um novo modelo de gestão que, possibilitando a integração das diversas políticas públicas municipais, introduz uma nova lógica na gestão da cidade.

No presente número da *RAP*, pretende-se, a partir da visão intersectorial, discutir alguns aspectos da gestão municipal (saúde, transporte, educação, educação ambiental) e complementarmente apenas da política de saúde.

*Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal* constata que a eficácia da gestão das políticas sociais tem privilegiado, a partir da década de 80, a descentralização como a possibilidade de tornar o poder mais transparente e suscetível ao controle social. Esse fato tem proporcionado mudanças significativas especialmente no setor saúde. O objetivo do artigo é apresentar esse processo, iniciando pela discussão dos conceitos de descentralização e intersectorialidade e, em seguida, visualizando o caso específico da prefeitura de Fortaleza, capital do Ceará.

*Novos riscos, a cidade e a intersectorialidade das políticas públicas — a experiência recente* trata dos novos riscos e das novas demandas sociais — a nova questão social — resultantes do novo tecido social gerado pelo processo de globalização. Ressalta, ainda, a existência de uma relação positiva entre novas demandas sociais e a questão da intersectorialidade. Por fim, alerta para a possibilidade de bloqueio das práticas intersectoriais, devido a uma série de variáveis que vão da política econômica federal às resistências burocráticas e corporativas nas ações públicas.

*Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional* aborda a modelagem da organização do governo para produzir e entregar serviços à sociedade e a mudança do paradigma que informa o atual modelo. Também apresenta uma alternativa de configuração do modelo fundamentada na perspectiva da ação intersetorial e orientada para a promoção do desenvolvimento social, trazendo à discussão seus riscos e potencialidades.

*Promoção da saúde: viagem entre dois paradigmas* descreve, em termos históricos, a evolução da promoção de saúde, estudando seus reflexos no campo prático. Ressalta a importância de alguns relatórios internacionais como tentativas de redirecionamento e compreensão de promoção, de saúde como práticas eminentemente intersetoriais. Conclui que, no contexto mundial e em um novo paradigma da saúde, as estratégias tenderão a ser englobadas por setores mais abrangentes que o setor saúde propriamente dito.

*Repensando a atenção à saúde da criança e do adolescente na perspectiva intersetorial* discute experiências iniciais de desenvolvimento de projetos dirigidos à criança e ao adolescente, onde estão presentes os desafios vivenciados pela forma de gestão municipalizada intersetorial.

*A intersetorialidade do ponto de vista da educação ambiental: um estudo de caso* discute a educação ambiental como política social integrada às demais através de uma ação intersetorial. Apresenta um estudo de caso sobre a Prefeitura Municipal de Pedro II, no Piauí, articulando educação, saúde, agricultura e meio ambiente.

*Transetoriedade dos serviços urbanos: preâmbulos de discussão* analisa aspectos da gestão de serviços urbanos, ressaltando características de inter-relação e transversalidade desses serviços no espaço das cidades. O objeto de estudo é a infra-estrutura urbana básica, composta de serviços como transportes, saneamento, energia elétrica e telecomunicações, entre outros. São mencionadas tendências e perspectivas relacionadas às parcerias público/privado e às novas relações e compromissos decorrentes.

*Violência, segurança e Justiça: a construção da impunidade* discute a questão da impunidade entendida como um processo que se constrói no interior das agências de segurança e justiça.

*Saúde e planejamento: novos paradigmas* elabora breve revisão do planejamento em saúde na América Latina. Discute as transformações sociais e políticas que propõem a redefinição do modelo de Estado e a reformulação das políticas sociais, com os elementos das reformas da saúde nos principais países europeus. Conclui que planejar agora exige o adequado conhecimento da articulação da saúde na realidade social e da nova dinâmica do setor.

*O modelo de vigilância sanitária e a defesa da cidadania* discute a emergência de um modelo de vigilância sanitária, orientado para a defesa do direito de cidadania e para a promoção de melhor qualidade de vida e saúde para a população.

*O PAS no município de São Paulo: novos desafios para velhas questões* reconstrói a trajetória do PAS de modo a caracterizar o seu ideário, assinala as concepções de gestão presentes na sua formulação, destaca as principais lógicas que o presidem como modalidade de gestão e aponta suas potencialidades e negatividades.

*A universidade e a formação de recursos humanos na gestão da saúde* preocupa-se com a formação de um “novo” gerente de saúde, que exigirá da universidade a construção de um novo paradigma, que é o principal objeto deste artigo.

*Tecnologias da informação na gestão da saúde* focaliza a realidade e os potenciais para o uso da informática no setor saúde, constatando a sedimentação da Era da Informação na saúde.